



Áreas protegidas, uso e ocupação do solo, qualidade de vida e turismo no litoral norte paulista: algumas reflexões sobre o município de Ubatuba

*Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa (srcal@unicamp.br)**

*Cessimar de Campos Formagio (cessiuba@yahoo.com.br)***

*Rebeca Veiga Barbosa (becavb@hotmail.com)****

Resumo

O Litoral Norte Paulista compreende a faixa que se estende do canal de Bertioga a Ubatuba, permeando os municípios de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba. Possui 161 km de extensão e grande biodiversidade. A maior parte da Mata Atlântica do Estado de São Paulo encontra-se na região, porém da vegetação nativa restam apenas 8% de sua cobertura original. O objetivo deste artigo é analisar algumas das transformações socioambientais e culturais, ocorridas no Litoral Norte Paulista, especialmente no município de Ubatuba, nas últimas décadas, decorrentes da abertura de estradas, especulação imobiliária, turismo em massa, e as novas configurações territoriais, que foram sendo concebidas a partir da regulamentação das Unidades de Conservação Ambiental na região. Acredita-se que todas essas mudanças interferiram na qualidade de vida e nas formas de organização da população do município, principalmente das comunidades caiçaras. Essas reflexões tiveram como suporte empírico pesquisa desenvolvida no Litoral Norte Paulista, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, no período de 2005 a 2009. Para tanto se utilizou como estratégias metodológicas levantamento bibliográfico, consulta a documentos históricos e geográficos, observação participante do cotidiano dos moradores e de suas estratégias de organização, entrevistas qualitativas com representantes do poder público local, com moradores e com lideranças comunitárias.

Palavras-chave: áreas protegidas; uso e ocupação do solo; turismo, litoral norte paulista; Ubatuba e qualidade de vida.

Abstract

The northern seaboard of the State of São Paulo is made up of the strip of land that extends from the Bertioga canal to Ubatuba, permeating the municipalities of São Sebastião, Ilhabela, and Caraguatatuba. Has 164 beaches long and rich biodiversity. Most of the Mata Atlântica is located in the northern seaboard, but the native vegetation there are only 8% of its original cover. The objective of this article is to analyze some of the environmental and cultural transformations that occurred on this coast, especially in the municipality of Ubatuba, in recent decades due to the opening of roads, land speculation, mass tourism, among the most significant, and a new territorial configurations, have been designed from the regulations of the Environmental Conservation Units in region. It is believed that all these transformations interfere with the quality of life and forms of organization of the city population, mainly the caiçaras (traditional people). These reflections have empirical support research carried out on this coast, supported by Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de São Paulo for the period 2005 to 2009. The focus was on strategies methodological literature, refers to historical and geographical documents, participant observation of everyday life of residents and their organizational strategies, qualitative interviews with representatives of local government, with residents and community leaders.

Key-words: Protected areas, Use and Occupation of the land, Northern seabord of São Paulo, Ubatuba and quality of life.



Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social



Introdução

O que é denominado Litoral Norte Paulista compreende a faixa que se estende do canal de Bertiooga a Ubatuba, permeando os municípios de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba. A área limita-se com o estado do Rio de Janeiro, possui 161 km de extensão e contém 164 praias, 17 ilhas, intensa variedade de cursos d'água (rios caudalosos e pequenos córregos), regiões costeiras e mangues. Inúmeros recursos naturais e paisagísticos, costa litorânea, Serra do Mar e Mata Atlântica comportam a grande biodiversidade do lugar. A maior parte da Mata Atlântica do Estado de São Paulo encontra-se no Litoral Norte (Malaquias da Silva, 2000), mas, infelizmente, da vegetação nativa restam apenas 8% de sua cobertura original (Manna de Deus, 2000).

Assim, o Litoral Norte Paulista resume-se em uma região bastante exuberante do ponto de vista dos recursos naturais e de beleza paisagística, convivendo com abrangente grau de vulnerabilidade do ponto de vista socioambiental. Floresta, serra, mar e rios aliados ao crescimento demográfico das últimas três décadas, impulsionados por especulação imobiliária e turismo desordenado têm ocasionado grandes impactos para a qualidade de vida dos moradores da região (Barbosa, 2007).

Desde 1998 o Litoral Norte Paulista está submetido ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro¹. Esse plano corresponde a um conjunto de atividades e procedimentos que permitem a gestão dos recursos naturais da Zona Costeira, de forma integrada e participativa, e tem como objetivo o desenvolvimento sustentado da região e a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Exige quatro estratégias legais para sua realização: Zoneamento Ecológico-Econômico; Sistema de Informações; Planos de Ação e Gestão, Monitoramento e Controle (Barbosa, 2007).

Apesar da lei instituída em 1998, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZE-E) para o Litoral Norte só foi regulamentado pelo Estado², seis anos depois. O ZE-E é o instrumento básico de planejamento que estabelece, após discussão pública de suas recomendações técnicas, as normas disciplinares para a ocupação do solo e manejo dos recursos naturais que compõem os ecossistemas costeiros, bem como sugere as atividades econômicas mais adequadas para cada zona.

Outro aspecto importante da região é a presença dos Parques Estaduais do Litoral Norte Paulista. Parque Estadual é uma Unidade de Conservação (UC), área de proteção ambiental legalmente instituída pelo poder público, no âmbito de suas três esferas (municipal, estadual e federal), e reguladas pela Lei no. 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As Unidades de Conservação estão divididas em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas, admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico, os Parques Estaduais (PE), por exemplo; e as de uso sustentável, que admitem a presença de moradores, tendo como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), como por exemplo (Serio & Lopes, 2003; Barbosa, 2007).

O Parque Estadual da Serra do Mar, que é uma Unidade de Conservação de proteção integral, possui quase 315 mil hectares, numa extensão que vai desde a divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro até Itariri, no sul do Estado, passando por toda a faixa litorânea. Foi criado em 1977 e representa a maior porção contínua preservada de Mata Atlântica do Brasil. O Parque abrange 28 municípios, dentre eles, Bariri, Bertiooga, Biritiba-

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM-UNICAMP, professora do Doutorado Ambiente & Sociedade NEPAM-IFCH-UNICAMP e do Programa de Pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos - FEM-UNICAMP.
E-mail: srcal@unicamp.br

** Cientista Social, bolsista TT III FAPESP-NEPAM-UNICAMP, janeiro a julho de 2008. Mestranda em Sociologia, UFSCar
E-mail: cessiuba@yahoo.com.br

*** Bióloga, Bolsista Treinamento Técnico (III) - FAPESP - NEPAM-UNICAMP.
E-mail: becavb@hotmail.com

1. Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, lei 10.0019, 3 de julho de 1998.

2. A regulamentação pelo Estado se deu através do decreto n. 49.215, de 7 de dezembro de 2004

Mirim, Caraguatatuba, Cubatão, Cunha, Embu-Guaçu, Iguape, Itanhaém, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Natividade da Serra, Paraibuna, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Luiz do Paraitinga, São Paulo, São Sebastião, São Vicente, Suzano e Ubatuba.

No período de 2005 a 2006 foi elaborado o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar³, que definiu e regulamentou o zoneamento do Parque, com destaque para as zonas que concentram os maiores problemas e conflitos do seu território: Zona de Ocupação Temporária, que é ocupada por terceiros, sejam posseiros ou proprietários de áreas no interior do Parque (5% do total), definidas, nesse caso, suas regras básicas de uso temporário, objetivando viabilizar a coexistência entre a administração do Parque e aqueles ocupantes que ainda não foram indenizados; Zona Histórico-Cultural Antropológica, que contempla as comunidades caiçaras e quilombolas que vivem há várias gerações na região de Picinguaba, em Ubatuba (menos de 0,05% da área total), priorizando-se nessa situação, estudos para a mudança de categoria de manejo ao invés de desocupar a área.

Sendo assim, foram elaborados Planos de Uso Tradicional para os moradores considerados tradicionais que vivem no interior do Parque, enquanto esta mudança não ocorre e; Zona de Uso Conflitante/Infra Estrutura de Base, onde se encontram as rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão, estações de captação e tratamento de água, barragens, antenas de radio, TV e celulares (0,73% da área total). O Plano de Manejo aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) exige que as concessionárias e operadoras destas estruturas devam, em curto prazo, controlar e monitorar as vias de acesso a todas elas, em

caráter permanente, objetivando apoiar a proteção dos mananciais e da biodiversidade do Parque. Essa atividade, atualmente tem sido realizada, exclusivamente pelo Instituto Florestal e pela Polícia Ambiental.

Neste sentido, já foram iniciados entendimentos com a SABESP e PETROBRÁS, definidas 11 áreas prioritárias de manejo (principalmente para regularização fundiária e ecoturismo), propostas 54 bases de apoio à fiscalização e visitação das trilhas que percorrem e atravessam o Parque, que deverão ser implantadas por meio de parcerias. A regularização fundiária do Parque Estadual da Serra do Mar já está em desenvolvimento por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), com recursos de compensação financeira provenientes de obras de infra-estrutura como a duplicação da Rodovia Imigrantes e a instalação de plantas e estruturas lineares da PETROBRÁS⁴.

No interior do Parque existem três aldeias Guarani: Aldeia Boa Vista, em Ubatuba, Rio Silveira, em São Sebastião e Rio Branco, em Itanhaém; e uma comunidade Quilombola (Caçandoca, em Ubatuba). Devido às suas dimensões, o Parque Estadual da Serra do Mar é administrado através de oito Núcleos: Caraguatatuba, São Sebastião, Santa Virginia, Picinguaba, Cunha/Indaiá, Pilões, Pedro de Toledo e Curucutu, que são bases instaladas em áreas de domínio público estadual.

Apesar da abrangência de alternativas legais para preservar e conservar os recursos naturais, bem como criar viabilidade econômica para a região, não se pode deixar de afirmar que a economia da região é marcada por forte sazonalidade, bem como apresenta fortes impactos ambientais decorrentes da

3. Para maiores detalhes consultar: Governo do Estado de São Paulo, 2007; e BARBOSA, 2007.

4. O Projeto de Preservação da Mata Atlântica (parceria financeira entre o Banco KfW, da República Federal da Alemanha e o Governo de São Paulo) está iniciando a implementação do Plano de Manejo com o Instituto Florestal por meio de uma coordenação técnica que objetiva integrar seus 8 núcleos e respectivos gestores, bem como estruturar seu Conselho Consultivo. Para maiores esclarecimentos consultar Barbosa (2007).

predominância do turismo veranista. Tais impactos refletem-se na degradação da paisagem e da qualidade ambiental, comprometendo o interesse turístico e interferindo nas atividades econômicas tradicionais.

A partir dessa caracterização introdutória, e considerando que o Litoral Norte Paulista vem sendo objeto de intensa pesquisa, intitulada Ambiente, Subjetividade e Complexidade: um estudo sobre depressão no litoral norte paulista (processo n. 04/10685-1), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP -, no presente artigo objetiva-se verificar de que forma a nova configuração territorial - que surge com a regulamentação do Parque Estadual - unidade de conservação ambiental integral - interfere na qualidade de vida e nas formas de organização da população do município de Ubatuba. As estratégias metodológicas utilizadas foram, além da revisão bibliográfica pertinente, consulta e análise em fontes documentais, dados censitários (IBGE, Fundação SEADE, prioritariamente), e observação e acompanhamento do cotidiano dos moradores, e constituição de um arquivo fotográfico, no período de junho de 2005 a março de 2008, entrevistas com moradores e com funcionários públicos municipais, diretamente ligados as Secretarias de Planejamento Municipal e de Assistência Social e Diretoria de Habitação município de Ubatuba. Além de entrevistas com moradores, principalmente lideranças de Associações de Moradores do município.

O artigo está dividido em quatro partes, a saber: na primeira parte uma breve introdução com destaque especial para a constituição do Parque Estadual da Serra do Mar, na medida em que se acredita que essa constituição é fundamental para se alcançar os objetivos aqui propostos; apresentação dos objetivos e estratégias metodológicas que fo-

ram utilizados; na segunda parte procurou-se circunscrever a região de estudo com suas características, singularidades e diferenças mais relevantes; na terceira parte os resultados obtidos e análise sobre as principais transformações socioambientais e culturais presentes na região. Por último, na quarta parte algumas considerações finais que na visão das autoras permitam indicar as perspectivas futuras para a população e a região.

Algumas Características do Município de Ubatuba

O grau de preservação da Mata Atlântica e a permanência de comunidades caiçaras em Ubatuba teceram-se, principalmente, devido à centralização do comércio colonial e depois imperial de produtos agrícolas no porto de Santos. Quando, por questões políticas, o escoamento de café e cana-de-açúcar, no século XVIII foi centralizado no porto de Santos, deixando os portos de Ubatuba e São Sebastião quase em inatividade, muitos proprietários e comerciantes deixaram o Litoral Norte, que foi povoado, então, por uma população que passou a viver ou no centro da cidade ou na área da orla, onde sobreviviam a partir da agricultura de subsistência, chamada também de agricultura de coivara, por basear-se no rodízio de terras em uso (Raimundo, 2007). Esse momento de recomposição da área desmatada e de afirmação de um modo de viver ligado a terra vai sendo interrompido a partir da viabilização de estradas de acesso ao local, as quais irão permitir o uso turístico do território.

Os primeiros turistas e especuladores da terra chegaram via Vale do Paraíba, a partir de uma antiga estrada imperial reativada em 1932, e aumentou com a abertura da SP55, que liga Caraguatatuba à Ubatuba. Teve seu ápice em 1974, com a construção

da Rodovia Rio-Santos, um trecho da Rodovia BR-101, na região entre Paraty e Ubatuba, que acabou por intensificar as tensões sociais causadas pela especulação imobiliária, privatizações de praias e turismo em massa, conferindo à cidade, de forma geral, uma grande valorização da terra (Jonas, 2006). A figura 01 mostra a visão geral do Litoral Paulista, identificando a região que se entende por Litoral Norte em azul.

Ubatuba conta com uma orla de aproximadamente 81 quilômetros, sendo que de sua área mais interior existe uma região de urbanização avançada, que é a região circundante ao centro comercial, sendo o restante Mata Atlântica não habitada, a qual corresponde a 80% do território. O município apresenta contrastes significativos em relação à forma do uso e ocupação do seu espaço e de sua terra e da utilização de seus recursos naturais, sugerindo, desta forma uma divisão em três áreas: sul; norte; e centro-oeste.

Como a primeira região que possui acesso pela rodovia BR-101 é a porção do litoral sul de Ubatuba, é nesse local que a lógica turística e a especulação imobiliária incorporaram-se mais intensamente ao espaço, sendo possível captar mais facilmente através da paisagem as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970: surgimento de condomínios fechados, grandes

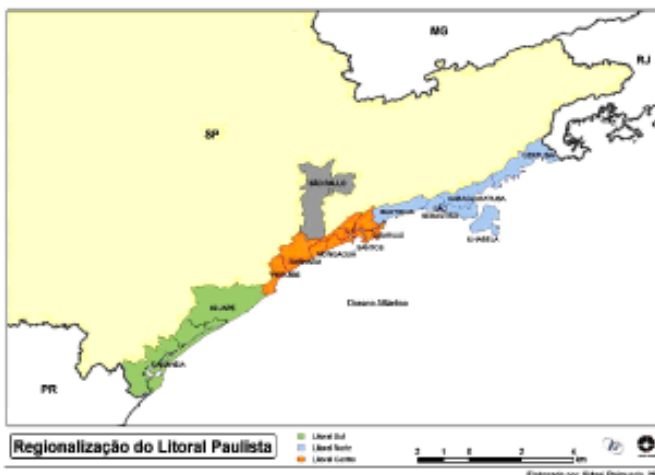
casas de veraneio, restaurantes e hotéis, ao mesmo tempo em que as vilas e moradias caiçaras decresceram, sendo inexistentes em áreas supervalorizadas.

A costa norte do município de Ubatuba por estar mais adiante e não possuir uma infra-estrutura consolidada, as estradas vicinais não são asfaltadas, a energia elétrica chegou somente em 2008, e ainda ser englobada como área de preservação ambiental integral, não passou por uma transformação tão drástica, embora o turismo seja uma presença constante e que exerce uma contínua pressão sobre a área e seus recursos naturais (Raimundo, 2007). Sendo assim, a primeira diferenciação que se faz é entre a área norte e sul, dada a singularidade com que o turismo incorporou-se a essas e acabou por constituir cenários distintos, facilmente notados entre as duas, em comparação.

A região que se inicia no centro comercial e segue em direção ao que se pode chamar centro-oeste do município é outra área que se distingue por três principais motivos: primeiro, nos séculos XVII, XVIII e XIX reuniu a pequena população urbana, envolvida em atividades governamentais ou de pequeno comércio, concentrando então, antigos casarões. Segundo, o preço da terra, principalmente na área oeste, é

menor e tornou-se o local para onde vão as famílias que venderam suas terras por preços simbólicos e, que foram excluídas devido ao processo de valorização da terra. Terceiro, os projetos habitacionais populares municipal e estadual foram direcionados para esse espaço, ou seja, a população mais pobre da cidade, composta por

Figura 01. Litoral Norte Paulista e sua Regionalização



Fonte: Raimundo, 2007, p.87.

ubatubenses e trabalhadores migrantes de baixa renda, ocuparam predominantemente essa região.

A divisão aqui proposta considera um único processo de produção do espaço e que vai configurar diferenças locais, dado o contexto de desigualdade social em que esse surge. O recorte tem como função identificar as diferenças, porém considerando que as ocorrências num bairro ou região correspondem com o que ocorre nas outras regiões, pois ambas partem do mesmo processo social e histórico (Carlos, 1994).

O exercício de identificação das paisagens em diferentes locais de Ubatuba surge como tentativa de buscar o contexto histórico que justifique o cenário apreendido. Trata-se de um movimento dedutivo que reconhece a paisagem como reflexo de um momento histórico e tenta apontar algumas especificidades locais. Assim, estabelecer três áreas distintas na região de Ubatuba tem como intuito, destacar as diferenças e tentar entender como essas foram construídas a partir das transformações urbanas ocorridas principalmente a partir da década de 70:

Área 1 - Norte: engloba a orla norte (que vai desde a praia de Itamambuca até Camburi) e a parte denominada sertão (Setti, 1985), que se refere à área espessa de floresta que margeia a BR-101.

Área 2 - Centro-Oeste: abarca o centro comercial (Itaguá e Perequê-Açu) e adentra sentido oeste para os bairros de Vivamar, Ipiranguinha, Morro das Moças, Parque Guarani, Jardim Ubatuba e Sapolândia.

Área 3 - Sul: engloba a orla sul (praia de Galhetas, Praia Grande, Tenório e Cedrinho) e a área interior que margeia a BR-101 (sertão).

Principais Resultados

Reconhecimento da paisagem das regiões

Como já explorado por outros autores (Luchiani, 1999; Diegues, 1996; Begossi, 1999;

Raimundo, 2007) o território ubatubense até a metade do século XX, era organizado conforme as necessidades da população caiçara, a qual habitava a orla e desenvolvia a pesca e agricultura de subsistência, e da população urbana que se envolvia em atividades comerciais e administrativas no centro da cidade. Ou seja, como bem enfatiza Raimundo (2007), predominava até aí os tempos lentos, expressão criada em contraste com o tempo tecnológico vigente nos grandes centros urbanos.

Assim, nesse período, o caiçara praticamente ocupou sozinho, enquanto grupo social, as áreas litorâneas do Litoral Norte do Estado de São Paulo, pois durante um ou mais séculos vagarosos, não havia nesse ponto do litoral interesses que motivassem novas formas de ocupação, a não ser em momentos esporádicos e muito localizados no espaço. Restando ao caiçara, defender seu território em relação a outros caiçaras nas práticas agrícolas e de pesca artesanal. Porém, essa função de subsistência predominante será gradualmente substituída, a partir da estruturação da BR-101 (1974), por uma função turística, que irá conferir ao solo uma maior valorização e também um maior investimento por parte do governo municipal em infra-estrutura nas áreas mais atrativas.

A inexistência de instrumentos legais e urbanísticos que garantam a permanência das populações locais na terra, associada à situação de ausência de sua posse legal, por parte da população, leva à expulsão do seu local de origem (Moura, 2005). Como conseqüência, tem-se conflitos na posse da terra, com a ocupação da orla por condomínios fechados e grandes casas de veraneio e uma proliferação de subempregos tanto no setor turístico como na construção civil.

Foto 01. Casa de veraneio na praia do Pulso



Crédito: Formagio, C.C. abril de 2008

Foto 02. Área circundante do condomínio



Crédito: Formagio, C.C. abril de 2008

As fotografias da paisagem da área sul, ilustram transformações (fotos 01 e 02). O uso da paisagem como fonte de análise auxilia a identificar o contraste entre as diferentes regiões e por isso é utilizado aqui. Conforme definição de Carlos (1994), a paisagem capta um momento, fruto de um contexto histórico e por isso pode ser importante referencial de análise, desde que não se prenda apenas à forma, mas sim parta dela para explicar o contexto em que surge.

A foto 01 refere-se a uma casa de veraneio localizada em condomínio fechado na praia do Pulso, vizinha da praia de Caçandoca (comunidade Quilombola), a área circundante do condomínio está representada na foto 02. O acesso à praia tornou-se restrito, o preço do terreno e a forma de parcelamento do solo impedem a ocupação da área por famílias de classe baixa ou média. Seria esse um fato particular que expressa um fenômeno geral: o caiçara que anteriormente habitou o litoral, não tendo a escritura definitiva da terra ou, tendo-a, vendeu seu local de morada, indo instalar-se no interior do município, dificilmente residirá novamente na faixa litorânea, voltando ao local como trabalhador temporário⁵ nas casas dos turistas.

A orla sul é a área onde se tem, na cidade, o maior preço do metro quadrado do terreno e também a maior incorporação de serviços públicos (captação de esgoto, energia elétrica e asfalto). Em algumas praias,

persistem algumas famílias caiçaras, como é o caso da praia do Bonete, com cerca de 20 famílias. Parte das famílias tem a escritura da terra, outras não⁶.

Em outros momentos o observado pelas autoras, também pode ser encontrado no trabalho de Raimundo (2007). Para esse autor é comum a posse da terra caiçara não estar acompanhada da escritura, dado o semi-isolamento em que essas comunidades se mantiveram por séculos. Isso torna a permanência das famílias no local algo incerto, a resposta ao pedido de posse na justiça leva tempo, e é ameaçada por outros atores externos que podem surgir reivindicando o direito sobre o lugar. Tal fato ocorreu na praia de Caçandoca, onde uma construtora entrou na justiça contra as famílias locais, pedindo o direito da terra⁷. As famílias da praia do Bonete viram o espaço ao seu entorno ser completamente reconfigurado, as pequenas casas, habitadas por famílias envolvidas na agricultura e pesca artesanal deram lugar a grandes construções para moradores de alto poder aquisitivo, e à grande competição pelo espaço⁸.

A sobrevivência ficou dificultada, o preço do custo de vida aumentou muito, visto a necessidade de comprar produtos alimentícios que não são mais cultivados, os caiçaras passam a buscar outras fontes de renda e aumenta o fluxo de deslocamento necessário para se manter. Embora ainda

5. Entrevista com caiçara quilombola morador da Praia de Caçandoca, março de 2008.

6. Observação do cotidiano dos moradores e entrevista com caiçara, morador da Praia do Bonete, março de 2008.

7. Entrevista com quilombola morador da Praia de Caçandoca, março de 2008.

8. Entrevista com caiçara, morador da Praia do Bonete, julho de 2007.

mantenham práticas agrícolas, de pesca e atividades culturais próprias (festas tradicionais, comemoração de dias santos da Igreja Católica), estar ali vai se tornando cada vez mais dificultoso à medida que a área se valoriza e chama a atenção de grupos turísticos e imobiliários, é uma incerteza que passa a fazer parte da vida⁹. Todos estes fatores levam a conclusão de que a posse garantida da terra e o direito às condições para nela se manterem são fatores fundamentais para a qualidade de vida e, por isso, são importantes indicadores para avaliá-la.

Considerando-se toda a área sul, retro-terra (área próxima à praia, porém mais adentro) e a área mais ao interior - cortada pela BR-101 - pode-se afirmar a existência de famílias caiçaras, pescadores artesanais e famílias de trabalhadores migrantes, porém o que predomina é o tipo de residência turística e estabelecimentos comerciais voltados a atender esse público específico (restaurantes, boutiques, supermercados, postos de combustíveis e imobiliárias).

A valorização dessa área pela lógica turística acabou por expulsar muitas famílias caiçaras da costa. Em paralelo a essa movimentação, chegaram à cidade um grande número de trabalhadores vindos de outros Estados, principalmente do norte de Minas e da Bahia. Esses dois grupos vão habitar a região centro-oeste, local onde vão configurar-se os bairros mais populosos, mais afastados da costa e com menor infraestrutura. Se na região sul predomina um tipo de ocupação característico de famílias de alta renda, a região centro-oeste, por ser menos valorizada, surge e amplia-se como ponto de refúgio para famílias de baixa ou mesmo nenhuma renda. É por este motivo que a área centro-oeste, retratada na fotografia a seguir é a mais populosa e a que mais cresce na cidade.

A foto 03 refere-se ao bairro Taquaral e Sumaré, conhecido pelos moradores como Sapolândia. Este bairro caracteriza-se por possuir a maioria dos moradores vindos de outros estados brasileiros, principalmente Minas Gerais. Percebe-se um padrão de parcelamento do solo em que predominam casas pequenas ou médias e pequenos comércios, como quitandas, oficinas mecânicas e lojas de material doméstico. Outro fato a ser observado é o aumento de casas construídas nas encostas da Serra do Mar, e como o número de famílias que habitam essa região é crescente, a ocupação em terrenos nas áreas públicas (e em tese protegidas, já que pertencem ao Parque Estadual da Serra do Mar) se torna comum sobretudo em áreas de risco (Barbosa, 2007).

Esse movimento tem chamado atenção do governo municipal, que procurou interceder através da criação do Projeto de Congelamento (foto 03), como tentativa de impedir a ocupação da área, e com o objetivo de diminuir a construção de outras residências no lugar. O projeto inclui o cadastro das famílias moradoras e a regularização da residência, que depois de cadastrada, não pode ter seu tamanho alterado, a não ser por eventos naturais ou comunicação pública do Núcleo de Congelamento, resultando que toda futura casa que for construída será demolida¹⁰.

Existe um risco de favelização na região centro-oeste de Ubatuba, tal como ocorre

Foto 03. Bairro Taquaral e Sumaré



Crédito: Formagio, C.C. abril de 2008.

9. Entrevista com caiçara, morador da Praia de Caçandoca, julho de 2007.

10. A Prefeitura Municipal de Ubatuba lançou uma cartilha explicativa sobre o Projeto de Congelamento de Áreas Irregulares, que foi distribuída nas reuniões de bairros e casas que foram congeladas durante o processo, a fim de responder às principais perguntas feitas pela população. Disponível em <http://www.ubatuba.sp.gov.br>, sitio oficial da prefeitura.

hoje na cidade de São Sebastião, para se evitar que tal processo ocorra, seria necessário buscar formas de acesso popular ao solo não somente nessa região, mas na cidade como um todo; e além disso, pensar alternativas para que a população local se beneficie diretamente da atividade turística, ou seja, obter fontes de renda a partir desta e não somente de forma indireta, em empregos sem vínculo e de baixa remuneração em hotéis, pousadas, restaurantes. Grande parte dos empresários envolvidos em comércios turísticos na cidade são pessoas geralmente vindas de São Paulo ou Campinas, que continuam a morar nessas cidades e tem essa atividade como fonte de lucro adicional.

Os trabalhadores contratados são geralmente moradores de Ubatuba, migrantes ou nascidos na cidade, os quais exercem atividades em períodos semanais contínuos e muitas vezes sem vínculo empregatício, o que lhes deixa sem perspectiva em momentos de pouco movimento ou mesmo em caso de desemprego. O que se observa é que a distribuição de renda gerada pelo turismo na cidade é desproporcional e traz para o município problemas que geram mais gasto público. Reverter esta situação é algo fundamental, inclusive, para a manutenção das atividades turísticas em longo prazo.

Para Moura (2005) o turismo caracteriza-se como uma prática social que se realiza no território, desmontando abordagens puramente economicistas ou técnicas, que restringem a análise dessa atividade às suas implicações econômicas. Envolve o conhecimento de várias áreas disciplinares e vários setores da economia. Para Soares (2009), os lugares ditos turísticos são identificados pela sua diversidade ou pela excepcionalidade dos seus espaços naturais, histórico-patrimoniais, suas características étnico-culturais ou pela possibilidade do

usufruto de serviços e bens de consumo, reconhecidos como atrativos turísticos.

Assim, o tempo marcado por ritmos planejados por meio de férias, feriados e altas temporadas impõe um novo ritmo à região, depois recua e as territorialidades locais se recompõem, mas já sobre outras rugosidades. Nas altas temporadas o município de Ubatuba chegou a comportar uma população flutuante de 300 mil pessoas no fim dos anos 90, promovendo nas cidades litorâneas intensas modificações em sua estrutura e organização em função do turismo, com construções de shopping centers, condomínios fechados, boutiques, hotéis e restaurantes (Luchiarí, 1999)

A população da área norte, por sofrer um grau de especulação um pouco menor - devido à presença de fiscais ambientais do Núcleo Picinguaba e da ausência de uma estrutura como na área sul - tem certo grau de consciência da necessidade de planejamento local, tanto que a luta de parte dos moradores da praia de Camburí, última praia do norte de Ubatuba, é pelo direito de manter e ampliar as atividades turísticas (quiosques, artesanatos, campings e alugueis de quartos) para sustento próprio, tal como frisou o presidente da Associação dos Moradores de Camburí, em entrevista concedida em abril de 2008: O turista, aqui, é bem vindo, precisamos da renda que ele gera, mas precisamos buscar formas de garantir nosso espaço dentro do turismo. A fala do presidente expressa bem às expectativas de um grupo que tem presenciado os acontecimentos com as comunidades caiçaras do sul e buscam formas de evitar que o mesmo se repita no norte. Na foto 04 é mostrado anúncio de aluguel de chalés na praia de Ubatumirim.

No entanto de acordo com Raimundo (2007) as mudanças na organização territorial que ocorreu no sul, também atingiram o

Foto 04. Anúncio de aluguel de chalés



Crédito: Formagio, C.C. abril de 2008.

norte, porém numa proporção menor. Alguns bairros, onde os moradores viviam da plantação da banana foram incorporados à função turística, como é o caso da Estiva, do Pé-de-Serra e de Ubatumirim - o bairro mais populoso da região norte-. Pode-se observar na pesquisa de campo em Ubatuba que o movimento de saída do caiçara da praia, apontado também por este autor, continua ocorrendo. O caiçara sai da praia, estabelecendo-se com sua família em uma porção territorial mais distante, mas muitas vezes mantém a pesca artesanal e a agricultura, contudo complementa sua renda trabalhando como garçom, caseiro e artesão¹¹. Assim, as pequenas residências à beira da praia continuam ali, mas atendem a outros objetivos, pois se transformaram em casas de veraneio e pequenas pousadas.

Assim, o processo de transformação socioambiental acelerado que atingiu o sul foi mais moderado no norte, e está ocorrendo de forma mais lenta, talvez permita a construção de alternativas mais condizentes à permanência das famílias caiçaras no litoral, tendo o Parque como um aliado. No entanto, a existência do Parque no local, é em relação às famílias locais contraditória, pois para muitos são impostas várias normas a uma população que vive ali há anos, tornando mais difícil a sustentabilidade das famílias, ao mesmo tempo não consegue impedir o surgimento de construções turísticas.

Tal como expõe Diegues (1996), a visão que guiou a criação das Unidades de

Conservação no Brasil foi à norte-americana, que pensa o isolamento da área e não a convivência humana, diferentemente do modelo Francês que propõe uma convivência entre moradores, espaços naturais e preservação socioambiental e cultural da área¹². Desta forma, este modelo de parque não é funcional, principalmente nos países de terceiro mundo, uma vez que as populações locais vêem poucas vantagens na maioria das atuais categorias de áreas protegidas.

Juridicamente as Unidades de Conservação de uso indireto, como já anteriormente apontado, não prevêm a presença humana no seu interior, que deveria ter sido desapropriada na criação das mesmas, mas fato é que grande parte das UCs, quando implantadas, não consideraram a presença humana nessa área (Campos, 2001). Elas funcionam como ilhas que desconsideram a realidade regional onde estão inseridas (Ferreira, 1996 e 2004). Mas o que se observa é que há ocupação humana em 85% do total dos territórios de Parques no Estado de São Paulo, este quadro se repete no nível federal e na maior parte dos Parques da América Latina como um todo (Ferreira, 2004).

Neste contexto, a presença humana em áreas protegidas apresenta visões diferentes por parte dos atores sociais, os que associam a presença humana à conservação, baseiam-se no fato de que as comunidades até o momento sempre foram conservadoras e continuarão sendo, mantendo uma relação de sustentabilidade com o meio. Nesse sentido, Diegues (1996) posiciona-se favoravelmente a presença humana em áreas de conservação, associando a biodiversidade e sustentabilidade a práticas culturais da população tradicional.

Por outro lado, o fato de que as populações tradicionais sempre foram

11. Entrevista com caiçara, abril de 2008.

12. Essa afirmação é possível de ser feita a partir da experiência vivenciada pela primeira autora deste artigo através da visita técnica ao Parc National des Cévennes, Florac, França, realizada durante o período de 24 de outubro a 3 de novembro de 2008, bem como consultas ao material disponível na Sede do Parc, Florac e ao site do mesmo: [HTTP://www.pnc.fr/](http://www.pnc.fr/) e, em GUANAES, 2008.

conservadoras não significa que continuarão sendo, e ainda o fato de algumas áreas terem se mantido relativamente preservadas, se associaria ao baixo índice demográfico dessa população em algumas regiões.

Embora existam diferentes visões entre os agentes ambientais, a relação entre eles e os moradores é bem conflituosa, evidenciando que a ocupação do solo no norte de Ubatuba é permeada por conflitos constantes entre o mercado imobiliário, os moradores locais e os agentes ambientais (Raimundo, 2007).

Considerando esses aspectos, é fundamental observar a evolução dos índices demográficos para o município de Ubatuba, no contexto do Litoral Norte como um todo, embora se deva reconhecer que o mais importante não é necessariamente observar o número populacional, mas de que maneira a pressão por recursos naturais se faz nesta região.

Ubatuba e as pessoas que a ocupam

Um importante problema socio-ambiental no Litoral Norte Paulista é o crescimento populacional acentuado, que gera pressão sobre os recursos naturais da região. Ao se observar o quadro 01, pode-se notar que Ubatuba nas décadas de 1950 e 1960 teve crescimento populacional moderado, assim como os municípios de Caraguatatuba e São Sebastião. Somente nas décadas de 1960 e 1970, com a construção da estrada SP55 Ubatuba - Caraguatatuba (1955), e mais tarde com a Rio-Santos (1973), é que o fluxo populacional

para a região de Ubatuba e demais municípios da região aumenta, e perpetuam-se nas décadas posteriores. Neste mesmo período, o Litoral Norte passa por um processo de supervalorização da área de orla e, conseqüentemente, pela significativa presença de empreendimentos imobiliários, o que incide no crescimento do número de turistas que compram casas de veraneio e trabalhadores migrantes em busca de melhores oportunidades de emprego.

Para tender o significado desse aumento pode-se usar como exemplo a ocupação populacional de uma de suas praias. Na praia de Maranduba, uma das primeiras praias de Ubatuba, avistam-se hotéis, pousadas, casas de veraneio, vila de pescadores e trabalhadores do comércio, nascidos ali ou vindos de outros locais em busca de trabalho. Representam os quatro maiores grupos que ocupam a cidade: o turista, que passa alguns períodos na cidade em busca de lazer ou mesmo mantém alguma atividade lucrativa, como pousadas, restaurantes e boutiques; o caíçara, que mantém seu hábito de vida fortemente influenciado pelas gerações passadas; o ubatubense, aquele que nasceu em Ubatuba, mas foi criado em hábitos tipicamente urbanos e não possui uma relação afetiva com a natureza tão intensa como os caíçaras e; o trabalhador migrante, que veio para cidade em busca de oportunidades de trabalho gerada pelo turismo e construção civil¹³.

Embora não se tenha dados da proporção de cada grupo e como se tem um crescimento vegetativo menor que o saldo migratório (Luchiari, 1999), pode-se afirmar que o número de migrantes que chegaram à cidade nas últimas duas décadas é maior que os nascidos na cidade, ou seja, dos 84.558 habitantes

Quadro 01. Evolução da população total do Litoral Norte: municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, no período de 1950 a 2008.

Ano	Caraguatatuba	Ilha Bela	São Sebastião	Ubatuba
2008	101.602	27.954	82.644	84.558
2003	87.087	23.381	68.627	73.209
1990	75.567	19.793	54.659	63.879
1980	48.568	12.183	30.184	42.520
1970	30.669	7.499	17.938	25.272
1960	9.687	5.039	7.421	10.182
1950	5.429	5.066	6.033	7.941

Fonte: Elaboração própria a partir de dados censitários (IBGE, 2008).

13. Observação participante da realidade do local e entrevistas com moradores da Praia de Maranduba, fevereiro de 2007; março - abril de 2008.

que compõe a cidade hoje, boa parte são de pessoas em busca de trabalho ou turistas. O quadro 02 mostra o número de habitantes por região do Município de Ubatuba no ano de 2007 e o quadro 03 mostra os bairros mais populosos com o número de habitantes de cada região e, que ajuda a entender como esses grupos estão distribuídos pela cidade:

Quadro 02. Número de habitantes por região do município de Ubatuba, 2007.

Região	Número de habitantes
Sul	17.425
Norte	4.716
Centro-oeste	38.386
Total	60.527*

Obs.: * total considerado subestimado

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Ubatuba, 2008.

Quadro 03. Número de habitantes nos bairros mais populosos do município de Ubatuba, 2007.

Região	Bairros mais populosos	Número de Habitantes
Sul	Sertão da Quina	2.284
	Perequê-Mirim	2.002
	Rio Escuro	1.492
Norte	Pé da Serra	1.292
	Itamambuca	1.272
	Poiçguaba	628
Centro-oeste	Ipiranguinha	9.354
	Perequê-Açu	5.737
	Estufa II	5.631

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Ubatuba, 2008.

Como se pode perceber ao observar os quadros 02 e 03, a área mais populosa é a centro-oeste, onde reside mais de 50% da população. Como já citado, é a área menos valorizada pelo turismo, embora também existam ali pousadas e casas de veraneio. Por ter um preço de metro quadrado menor e ser menos cobiçada, tanto as famílias ubatubenses de baixa renda como muitos migrantes vão residir nessa área¹⁴.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, a maioria da população atendida nos programas sociais mora nessa região e são trabalhadores migrantes, como exemplo foram citados os bairros Bela Vista e Seis Marias (que eram áreas de Mata Atlântica), os quais possuem a maior parte de sua população vinda do Estado de

Minas Gerais. Esses bairros foram ocupados há duas décadas e a regularização da área somente foi obtida na gestão pública anterior. Como essa é a área onde mais aumenta o número de habitantes e, ao mesmo tempo, obteve-se a informação da grande concentração de pessoas vindas de outras regiões, pode-se concluir que a região centro-oeste é predominantemente ocupada por trabalhadores vindos de outros locais ou nascidos em Ubatuba, mas filhos de migrantes. É essa população que possui as piores condições de vida: moram em locais mais distantes dos pólos de trabalho, não contam com uma infra-estrutura tal como já existe na região sul, ocupam as piores vagas de trabalho e no histórico de luta por moradia, tem maior dificuldade.

Na entrada da Secretaria de Assistência Social está exposto um cronograma de horário de atendimento, que possui um horário reservado como: Atendimento de migrantes, o qual foi justificado pela equipe de atendimento como algo essencial para lidar com o perfil de público que é mais comum nos programas sociais locais:

O caiçara mesmo vem pouco aqui, ele passa dificuldades, mas tem como se virar, sabe onde plantar, pescar ou, por conhecer muita gente antiga da cidade, sempre arruma algo, já o migrante vem atraído pelas vagas geradas pelo turismo e, ao chegar aqui, fica perdido, pois vê que as coisas não são bem assim. São essas pessoas que mais aparecem, o caiçara vem pouco, agora vem mais por causa das restrições ao plantio e pesca, mas mesmo assim bem menos que o migrante (entrevista com agente administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Ubatuba, em 02 de abril de 2008)

Se a população da região centro-oeste é a que mais cresce, o contrário ocorre na região norte, que é a menos populosa. As famílias caiçaras mais antigas residem nessa

14. Dados coletados a partir de observação em campo e de entrevistas com representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social. Maiores detalhes, consultar: BARBOSA, 2007.

área e muitas permanecem com hábitos de vida comum aos antepassados, numa relação bem próxima a natureza, seus ciclos guardam histórias, saberes sobre alimentos e plantas medicinais. São pessoas que percebem a velocidade com que as mudanças estão chegando: o fato de surgirem muitos turistas à procura de lazer em lugares com menor interferência turística (os alocêntricos, no dizer de Ruschmann, 1997), e as restrições impostas pelos fiscais do Parque trazem mensagens de transformações que batem a porta.

O caiçara típico tem seu número reduzido com o passar dos anos, muitos venderam a terra e foram morar em outro lugar, deixando problemas para os que ficaram, pois os novos proprietários, moradores de outras cidades ou mesmo outro país, têm interesses alheios à comunidade. É o que ocorre em Camburí, onde a Associação de Moradores entrou na justiça contra dois proprietários de terra não caiçaras que possuem grande parte da área da orla, o local é o mais propício para as famílias montarem os quiosques e obterem uma fonte de renda, já que muitas atividades de subsistência estão comprometidas. A propriedade permanece sem nenhum uso por anos, e dos proprietários só se sabe o nome.

São problemas que a população local nunca se deparou e tiveram de enfrentar, inclusive com a entrada em cena de novos atores sociais, como advogados e vigias que passam a ser comuns a partir do momento em que aquela terra, que para a comunidade simboliza sustento e um meio de ligação afetiva com o meio em que vivem, passa a ser mercadoria cada vez mais valorizada.

Existe um silêncio que faz presença quando se pensa no futuro da comunidade caiçara, embora existam ações de luta bem visíveis, há duas Associações de Bairro, uma representante dos moradores caiçaras e outra

dos remanescentes de quilombos e ambas estão em constante diálogo tanto com os ambientalistas ligados ao Parque Estadual e ao Instituto de Terras de São Paulo, como com outros grupos da cidade, que se organizam em atividades políticas e de geração de renda. No geral, trata-se de um grupo que, de forma mais ou menos clara, percebe as transformações socioambientais e culturais por que passa a cidade e busca formas de sobreviver diante delas¹⁵.

Em relação ao quadro político, se por um lado a existência do Parque funciona como uma proteção diante da especulação imobiliária, por outro esse surge ali como um estranho que impõe normas. Raimundo (2007) ao comparar duas praias da Região Norte, a Almada, que não está inserida na área do Parque, e Picinguaba, onde fica o Núcleo do Parque Estadual, aponta que em ambas as que eram residências caiçaras tornaram-se itens turísticos, mas a diferença é que na primeira existe um movimento brusco de difusão do espaço comercial e afastamento dos antigos moradores para áreas mais distantes e em Picinguaba não há novas construções e as famílias ainda se mantêm na área próxima à orla, dividindo-se entre as atividades turísticas e agrícolas, embora sempre haja conflitos com as regras de uso dos recursos naturais.

Transformações socioambientais e qualidade de vida em Ubatuba

Muitos autores divergem sobre a função que a legislação ambiental, especificamente as trazidas com a regulamentação das Unidades de Conservação, têm na área em que atingem e, conseqüentemente, na comunidade, mas fato não negado é que na determinação das áreas a serem preservadas não foi considerada a opinião das comunidades atingidas e isso gera um conflito permanente e que toma rumos variados conforme muda

15. Observação em campo e entrevistas com representantes das Associações de Moradores, Ubatuba, fevereiro de 2007 e abril de 2008.

a posição dos atores sociais envolvidos (Ferreira, 1996; Ferreira, 2004; Guanaes, 2006 e Raimundo, 2007).

A vulnerabilidade no Litoral Norte, e, especificamente, no caso do município de Ubatuba, é muito intensa, aliada aos conflitos de correntes da implantação de Unidades de Conservação, evidencia de forma gritante a questão do uso e ocupação do solo. Segundo Hogan e Marandola (2006) o conceito de vulnerabilidade tem sido relacionado aos desastres ambientais e eventos externos, mas ganhou maior atenção no fim da década de 1980 e nos anos 1990, passando a ser entendido em um contexto social, tecnológico e ambiental. Assim, quando se discute sobre grau de vulnerabilidade social em Ubatuba, é possível afirmar que os dois grupos mais atingidos pelos problemas sociais que se mostram são os dois mais comentados até agora, o migrante e o caiçara, e esses grupos estão concentrados em locais definidos: o caiçara no norte e o migrante na área centro-oeste.

No Sul, onde o turismo de classe média e alta se fortificou, existe a predominância do turista, mas também muitas vilas caiçaras e bairros de trabalhadores do comércio, ubatubenses ou migrantes. Nessa área há uma maior heterogeneidade social, embora o papel social de cada ator esteja evidente: o turista circula enquanto consumidor ou empregador e os ubatubenses, migrantes e caiçaras, embora haja exceções, como trabalhadores. Esses últimos mostram percepções difusas sobre essa relação, muitos percebem o turismo, e conseqüentemente o turista, como sinônimo de crescimento econômico, de progresso para a cidade, outros apontam as conseqüências do tipo de trabalho a que estão submetidos e questionam a dificuldade de buscar outras perspectivas de vida.

Em suma, pode-se afirmar que as transformações socioambientais e culturais

que se procurou evidenciar até então tem fortes conseqüências e impactos no cotidiano desses dois grupos sociais, de formas diferenciadas, mas que alteram sua qualidade de vida. Pois o entendimento desse conceito perpassa três eixos que devem estar presentes quando se almeja qualidade de vida para a sociedade: primeiro, diz respeito à satisfação e o acesso e a qualidade a bens básicos como educação, segurança, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado, serviço de saúde e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e sua família. O segundo trata do acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura, lazer, relações afetivas e familiares fundamentais, relação com a natureza; relações plenas com o trabalho. O terceiro diz respeito fundamentalmente ao conjunto de bens denominado ético-político, que compreende o acesso às informações que dizem respeito à vida do sujeito, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania (Barbosa, 1998). Frente a essa realidade e ao que se considera como qualidade de vida, deve-se reconhecer que os moradores de Ubatuba, principalmente os dois grupos mencionados, estão distantes de uma qualidade de vida satisfatória.

Considerações finais

Pode-se afirmar que ao finalizar essas considerações captou-se uma visão mais ampla da organização do espaço da cidade e do processo de segregação social alimentado pelo turismo, tal como esse se incorpora na cidade de Ubatuba. A supervalorização dos terrenos da orla acarreta um inchaço populacional na área centro-oeste, não somente pela exclusão das famílias que antes moravam na região

praiana, mas também porque os trabalhadores atraídos pelas precárias vagas de trabalho geradas pela construção civil e pelo turismo têm pouca ou nenhuma opção de moradia.

O turismo poderia reverter-se em uma ferramenta de crescimento social, desde que fossem construídas alternativas para que os trabalhadores da cidade, tivessem uma participação direta e maior na renda que ele gera, tanto através da difusão de serviços públicos como de melhores salários, direitos trabalhistas garantidos e de prioridade ao pequeno comércio local. A dificuldade de acesso à terra também determina a deteriorização da qualidade de vida, o salário médio de um trabalhador do comércio em Ubatuba é bem menor que em São Paulo ou Campinas (Seade, 2008), por exemplo, mas o preço da terra é tão ou mais alto quanto nessas duas cidades, valor esse que é estimulado pela dupla mercado imobiliário e turismo.

Longe de trazer a tona conclusões sobre o município de Ubatuba. Acredita-se que muito ainda a que ser feito, pesquisado e refletido sobre a região que por si só já apresenta tamanha complexidade, seja em seus aspectos ecossistêmicos, sociais ou culturais, mas uma afirmativa que se pode fazer ao finalizar esse artigo é que a continuidade da vida caiçara no norte de Ubatuba depende, certamente da percepção de que o processo intenso de exclusão dos caiçaras da orla ocorrido no Sul, alerta a comunidade para buscar formas de ocupar outra posição diante dos intensos empreendimentos imobiliários e de projetos governamentais que chegam¹⁶. Nessa luta, o Parque Estadual pode se inserir como uma ferramenta a favor da população local ou contra ela, dependendo da forma como as restrições ao uso dos recursos naturais e à ocupação do solo são negociadas, ou seja, do espaço que se garante para que os

diferentes olhares - dos ambientalistas e dos moradores - sejam minimamente considerados.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, S. R. da C. S. Ambiente, subjetividade e complexidade: um estudo sobre depressão no litoral norte paulista. Relatório Científico FAPESP (processo n. 04/10685-1), não publicado, 2007.
- BARBOSA, S. R. da C. S. Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção. In: Barbosa, S R da C. S (org). A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do Nepam. Campinas: Unicamp: 1998. pp. 401 - 425.
- BEGOSSI, A. Caiçaras, Caboclos and Natural Resources: Rules and Scale Patterns. *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 5, pp. 55 - 67, julho-dezembro, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Dados Demográficos. Disponível em WWW.ibge.gov.br. Acesso em 12/11/2008.
- CAMPOS, S.V. de. Mudanças Sociais e Conservação Ambiental na Estação Ecológica da Juréia- Itatins: o caso do Despraiado. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas: Brasil, 2001.
- CARLOS, A. F. A cidade. São Paulo: Contexto, 1994.
- DIEGUES, A.C.S. O Mito Moderno da Natureza Intocada: Populações tradicionais em Unidades de Conservação. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SETTI, K. Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e sua produção musical. Editora Ática. São Paulo, 1985.
- RUSCHMANN, D. van D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, Papirus (coleção turismo), 1997, 199p.

16. Neste momento estão em execução a duplicação da rodovia dos Tamoios, a ampliação do Porto de São Sebastião (TEBAR) e os dutos da Petrobrás.

- FERREIRA, L. da C. A floresta intransitiva. Conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas: Brasil, 1996.
- FERREIRA, L da C. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeiro, SP, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. VII, n. 1, pp. 47-66, janeiro-junho, 2004.
- FRANÇA. Parc National dês Cévennes, Florac. Disponível em www.pnc.fr. Acesso em 10/10/2008.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundação SEADE. Dados demográficos. Disponível em www.seade.gov.br. Acesso em 07/09/2008.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Instituto Florestal. Plano de manejo. Disponível em [HTTP:// www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manaja/index.asp](http://www.iflorestal.sp.gov.br/Plano_de_manaja/index.asp). Acesso em 01/08/2007.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. LEI Nº 10.019, DE 3 DE JULHO DE 1998. Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências. Disponível em www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/leis/1998_Lei_Est_10019.pdf. Acesso em 15/03/2007.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. DECRETO Nº 49.215, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e sócio-econômicas e dá outras providências, nos termos estabelecidos pela Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998. Disponível em http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/decretos/2004_Dec_Est_49215.pdf. Acesso em 15/03/2007
- GUANAES, S A. "Meu Quintal não é Parque!" Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP, 2006.
- HOGAN, D.; MARANDOLA Jr. E. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, J M P da. *Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2006. pp.23-50.
- JONAS, M. Q. Saberes e práticas na relação entre caixaras e animais no sertão da fazenda (Picinguaba- Ubatuba-SP). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas: Brasil, 2006.
- LUCHIARI, M. T. O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas: Brasil, 1999.
- MALAQUIAS da SILVA, V.L.F. Introdução: Geografia e Meio Ambiente. IN: CAMPOS, J.F. (org). *Santo Antônio de Caraguatatuba. Memória e tradições de um povo*. Caraguatatuba. Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba- FUNDACC, 2000. pp. 16-24.
- MANNA de DEUS, J.R. O meio Ambiente em Caraguatatuba. IN: CAMPOS, J.F. (org). *Santo Antônio de Caraguatatuba. Memória e tradições de um povo*. Caraguatatuba. Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba- FUNDACC, 2000. pp. 25-29
- MOURA, G. J. C. de. Da praia ao morro: Peculiaridades no processo de segregação sócio-territorial em Ilhabela-SP. Tese de Mestrado. Instituto de Geociências, Unicamp. Camponas: Brasil, 2005.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. Dados demográficos. Disponível em WWW.ubatuba.sp.gov.br. Acesso em 08/08/2008.
- RAIMUNDO, S. As ondas do litoral norte (SP): difusão espacial das práticas caiçaras e do veraneio no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (1966-2001). Tese de Doutorado. Instituto de Geociências, Unicamp. Campinas: Brasil, 2007.
- RUSHMANN, D. van D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus (coleção turismo), 1997.
- SERIO, F.C.; LOPES R.M. Instituto Florestal de São Paulo no contexto de Unidades de Conservação. II Simpósio de Áreas Protegidas Conservação no Âmbito do Cone Sul, 2003, Pelotas - RS. Anais do II Simpósio de Áreas Protegidas : Conservação no âmbito do Cone Sul, 2003.
- SETTI, K. Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e sua produção musical. São Paulo: Ática. São Paulo, 1985.
- SOARES, C de S. Qualidade de vida - realidade e conflitos do Turismo na Paisagem Litorânea: o caso de Saquarema - RJ. Tese de Doutorado. Ambiente & Sociedade, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas: Brasil, 2009.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	14-abr-2009
Envio ao parecerista:	19-mai-2009
Recebimento do parecer:	14-ago-2009
Envio para revisão do autor:	01-set-2009
Recebimento do artigo revisado:	18-set-2009
Aceite:	25-set-2009